

## **Bloco propõe comissão independente para acabar com escolhas partidárias para cargos dirigentes na administração pública**

O Bloco de Esquerda apresentou hoje duas propostas para aumentar a transparência na administração pública e no governo: a criação de uma comissão independente para selecionar dirigentes para a administração pública com base na competência e no percurso profissional e sem interferência partidária, e a criação de um portal na internet com informação sobre as nomeações para os gabinetes dos membros do governo e as respetivas remunerações.

O Bloco propõe a criação da Comissão de Recrutamento de Dirigentes da Administração Pública Regional Autónoma, um organismo independente que terá a função de garantir a máxima transparência, isenção e rigor no processo de recrutamento e seleção de candidatos para cargos de direção superior e intermédia da Administração Pública Regional.

Atualmente “os cargos de direção superior, como diretores regionais, membros de administrações e inspetores regionais são, na região, nomeações políticas puras, como se tratasse de pessoal do gabinete dos membros do governo”.

Além disso, os concursos para os cargos de direção intermédia “não dão garantias sólidas de transparência e de que não existe interferência político-partidária”, disse António Lima na apresentação da iniciativa.

Ou seja, atualmente muitos cargos de direção intermédia e superior da administração pública são escolhidos com “critérios partidários e não de competência e adequação do currículo ao cargo”.

Esta proposta, que o Bloco colocou no seu programa eleitoral em 2020, vai ser agora enviada aos sindicatos para parecer, uma vez que se trata de matéria laboral que é alvo de negociação.

O deputado do Bloco lembra que a criação de uma comissão deste género também consta no programa do atual Governo, e até já foi anunciada por diversas vezes, mas nunca saiu do papel. “Percebe-se bem porquê: o governo precisa de manter uma administração pública o mais partidarizada possível para a sua sobrevivência política”, assinala António Lima.

A comissão proposta pelo Bloco é composta por um presidente, três a cinco vogais permanentes, e um vogal não permanente, apoiados por uma bolsa de peritos composta por 10 a 20 membros, designados de entre trabalhadores em funções públicas com reconhecido mérito profissional, que apoiam a Comissão em matérias técnicas específicas e participam nos júris dos concursos para cargos de direção superior e intermédia.

O objetivo do Bloco é que os cargos de diretor regional, subdiretor regional, inspetor regional, presidente e vogal de conselho de administração, chefe de divisão e diretor de serviço passem a ser ocupados por concurso, para combater as escolhas por motivos partidários.

O Bloco apresentou hoje também a proposta de criação do Portal das Nomeações. O objetivo é agregar informação sobre todas as nomeações efetuadas para os gabinetes dos membros do governo e respetiva remuneração.

“Para o reforço da confiança das pessoas na democracia é fundamental uma cultura de transparência”, disse o deputado do Bloco.

---



I Grupo Parlamentar I



António Lima salientou que esta proposta do Bloco, mesmo antes de ser debatida e votada no parlamento, “já teve consequências”, porque logo a seguir ao anúncio do teor da conferência de imprensa de hoje do Bloco, os partidos da coligação apresentaram uma iniciativa com o mesmo objetivo.

Horta, 6 de março de 2023

